

A REFORMA TRIDENTINA EM PORTUGAL: BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

SUSANA GOULART COSTA *

1. Introdução

Convidou-nos o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa a reflectir sobre a historiografia que aborda a temática da reforma tridentina em Portugal. Tema aliciante, mas igualmente complexo tal como muitos outros que se abordarão neste encontro comemorativo dos 50 anos de publicação da Revista *Lusitania Sacra*.

Para o cumprimento deste desafio, impuseram-se algumas dificuldades, principalmente as que se relacionam com a conceitualização do tema em apreço, numa modernidade em plena transfiguração de espaços, na sua fidedigna acepção geográfica; em ebulição perante a fragmentação do Cristianismo; em processo de centralização política, fenómeno que vai bulir com as instâncias eclesiásticas e as sensibilidades religiosas, entre outras. A principal dificuldade reside, pois, em identificar e, por consequência, limitar o que se entende por “Reforma Tridentina”.

a) A “Reforma Tridentina”: a cronologia

Em Portugal, a implementação do espírito reformista parece-nos ser um dado relativamente pacífico. Mesmo considerando algumas medidas reformistas pré-tridentinas (como as reformas das ordens religiosas ¹, a

* Universidade dos Açores.

¹ Como as recentes Ordens dos Jerónimos e dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (Lóios) e as reformas nas mais antigas, como beneditinas, cistercienses, e franciscanas.

divulgação de correntes espirituais mais cristocêntricas e ainda algumas Constituições Sinodais que, nos séculos XIV e XV, já enunciam algumas das orientações conciliares ²), a ordem de publicação dos decretos conciliares pelo regente, Cardeal D. Henrique, em 1564, marca o início do processo reformista no reino. Definir o fim deste processo é que é assaz complexo: se a segunda metade do século XVI é o século da implementação das reformas, no século XVII continuamos a assistir à divulgação dos ideais e ao exercício de algumas práticas conciliares e, no século XVIII, à maturação do processo reformista. Na verdade, parece-nos quase impossível dissociar Reforma de Modernidade e, neste sentido, o Concílio de Trento mantém-se como referência entre a segunda metade do século XVI e os finais do século XVIII.

As fontes disponíveis fortalecem esta associação: as visitas e as cartas pastorais seiscentistas estão repletas de referências claras ao Concílio de Trento. É o caso das visitas a Santiago de Torres Novas, de 1677 e 1684 ³, feitas pessoalmente pelo arcebispo de Lisboa D. Luís de Sousa (1675-1702) ou das pastorais de D. António Vieira Leitão, bispo de Angra (1693-1714). No século XVIII, as missivas episcopais expressam bem como os regulamentos de Trento continuavam a ser o motor diocesano, como vemos nas pastorais dos prelados de Angra, D. Frei Valério do Sacramento (1738-1755) e Frei José de Ave Maria Leite da Costa e Silva (1782-1799) ⁴. O mesmo poderemos perceber dos trabalhos de Jacques Marcadé para o Bispo de Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas ⁵.

Aliás, a segunda metade de Setecentos apresenta indícios, em várias áreas e temáticas, de aperfeiçoamento do processo reformista que, entretanto, já convive com os ideais racionalistas que iriam bulir com toda a

² Vejam-se as Constituições de Coimbra de 1521 e de 1548; de Viseu de 1527; de Évora de 1534 e 1558; de Lisboa, de 1537; de Braga de 1538; do Porto, de 1541, do Algarve de 1554 e de Angra, de 1560 (cf. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2: Humanismos e reformas. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 21.

³ PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Livro dos capítulos da Visita da Igreja de São Tiago da Vila de Torres Novas que começa no ano de 677*. Separata da revista *Lumen*. 32 (1964), p. 531-533.

⁴ É o caso da carta pastoral deste prelado, datada de 2 de Junho de 1783.

⁵ MARCADÉ, Jacques – *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas: évêque de Beja, archevêque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português; Fundação Calouste Gulbenkian, 1978 e IDEM – *Une comarque portugaise: Ourique – entre 1750 et 1800*. Paris: Centro Cultural Português; Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

dinâmica religiosa entretanto montada. O corolário da reforma tridentina irá conviver com a sua inflexão em direcção ao mundo da laicização contemporânea, que ela própria contribuiu para formar, mesmo se de forma inconsciente.

b) A “Reforma Tridentina”: as temáticas

Nesta longa estrutura, levanta-se-nos uma segunda complexidade, que muito tem merecido a reflexão dos historiadores: qual a relação existente entre reforma tridentina e contra-reforma; existe uma reforma ou várias reformas? Para uma melhor análise deste balanço historiográfico, optámos por uma visão globalizante dos diversos fenómenos religiosos que, de uma forma ou outra, julgamos expressarem a diversidade tridentina: as estruturas diocesanas; os seus agentes e metodologias; as ordens religiosas (as antigas e novas) e as respectivas transformações e respostas perante os desafios da modernidade; a Inquisição, porque se nasceu no reino antes de Trento ⁶, tornou-se num instrumento de homogeneização do catolicismo, fenómeno caro ao projecto tridentino; os organismos de carácter associativista, como as Misericórdias e as Confrarias que, também anteriores a Trento, foram um veículo da expressão reformista ao dinamizarem as devoções ao Rosário, às Almas do Purgatório e ao Santíssimo Sacramento; as peregrinações; os cultos; as devoções; as festas e muitas outras temáticas são vertentes tentaculares que, com maior ou menor êxito, se tornaram um espelho da actividade reformadora.

As implicações da implementação do Concílio de 1545-1563 no reino de Portugal expressam-se, igualmente, nas relações entre a Igreja e a Coroa. Ao promover a centralização das reformas religiosas diocesanas nas figuras episcopais, a Igreja instaurou um processo mimético da centralização política que se consolidou ao longo da modernidade. Por isso, os provimentos dos prelados eram o resultado de um jogo de poderes e influências diversas, efectuado num tabuleiro partilhado entre reis, papas e candidatos às prelaturas ⁷. Além do mais, a coroa portuguesa tinha perfeita noção da importância da Igreja para a harmonia social (e, por consequência, para a sua utilidade como instrumento de valorização do poder político), perfeitamente

⁶ Com a publicação dos diplomas papais fundadores de 1531, 1536 e 1547.

⁷ Sobre esta questão ver, por todos, o recente estudo de PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

formulado nas palavras da rainha D. Maria I, quando afirma: «não é bom vassalo quem não é bom cristão»⁸. Esta relação foi particularmente relevante no decurso de Setecentos, nomeadamente na utilização da Inquisição como tribunal régio e nas polémicas relacionadas com o Jansenismo, a Jacobeia e o Sigilismo.

c) A “Reforma Tridentina”: a geografia

No decurso da Idade Moderna, o reino de Portugal alarga fronteiras e abrange novos territórios de características diversas entre si. Neste sentido, analisar a historiografia tridentina implica incluir os estudos efectuados sobre os longínquos espaços ultramarinos, o que dificulta uma apreciação completa e exaustiva. Para tal reflexão, devemos considerar, no mínimo, duas situações distintas. Uma respeita as áreas que a Expansão encontrou desertas, como os arquipélagos atlânticos da Madeira, Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, cujos mecanismos de povoamento permitiram a transplantação quase perfeita dos modelos sociais, políticos, económicos e, obviamente, religiosos do reino. Outra respeita os espaços que a epopeia quinhentista encontrou já ocupados, como o Brasil, África e Oriente, com raízes religiosas profundas e díspares do cristianismo monoteísta europeu. Assim, enquanto a própria Europa se debatia pela definição da sua identidade religiosa, polemizada entre católicos e protestantes, tinha que relacionar-se com outras sensibilidades espirituais, factor de elevada exigência na esfera da “diplomacia das religiões”⁹.

Todas as dificuldades aqui listadas foram agravadas pela inexistência de uma actual reflexão a propósito da Historiografia Moderna, lacuna que não é suplantada pela recente publicação do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*¹⁰. Perante estes condicionalismos e dificuldades, optámos por organizar a nossa comunicação em três partes: na primeira, baseada numa análise de dois estudos de caso, apresentaremos uma estatística sobre os principais interesses dos historiadores; na segunda parte, também de uma

⁸ A.P.I.N.^a Sr.^a da Ajuda da Bretanha, *Livro de capitulos de visitas (1753-1819)*, fl. 80v.

⁹ A expressão é nossa, mas a Querela dos Ritos é sintomática destas crispções nos espaços ultramarinos, onde portugueses e outros europeus encontraram raízes profundas de outras religiões solidamente implantadas.

¹⁰ O *Dicionário de História Religiosa de Portugal* não contempla qualquer entrada sobre a Historiografia Moderna, embora inclua uma sobre a Historiografia Medieval, da autoria de Luís Krus (cf. vol. 4, Apêndice II, pp. 512-522) e uma sobre Historiografia Contemporânea, da responsabilidade de Sérgio Campos Matos (cf. vol. 2, p. 368-373).

forma sinóptica, iremos apreciar as linhas de orientação de algumas destas temáticas, ou seja, sobre aquilo que se escreveu; e, finalmente, iremos reflectir sobre o que ainda não se escreveu.

2. A historiografia portuguesa e a reforma tridentina: os números

Na modernidade portuguesa, assistimos à primeira tentativa de redigir uma *Lusitania Sacra*, sob a égide do rei Magnânimo, D. João V, e que teria como executora a Academia Real de História, fundada em 1720. A nomeação de nove eclesiásticos para a redacção desta história geral da igreja portuguesa e o apadrinhamento régio não seriam, todavia, suficientes para a concretização deste projecto ¹¹.

A implantação do Liberalismo e o alastramento da corrente anticlerical não seriam benéficas para os estudos sobre a Igreja e a religião. Teríamos que aguardar pela nova centúria para o ressurgir de alguns trabalhos relevantes nesta área, naturalmente contextualizados pelo ambiente do Estado Novo então dominante. É o caso das obras de Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, publicada em 1958; e de Fortunato de Almeida, responsável por quatro volumes dedicados à *História da Igreja em Portugal* (1967-1971). Com um carácter menos abrangente, podemos referir os estudos de José Sebastião da Silva Dias ¹² e de Isaías da Rosa Pereira ¹³, que incidem sobre temáticas relacionadas com as reformas tridentinas.

Mas seria em plena maturação do Estado Novo que, em 1956, seria publicado o primeiro tomo da revista *Lusitania Sacra*, título herdado dos malogrados intuítos de D. João V, e resultado dos esforços do então designado Centro de Estudos de História Eclesiástica, apadrinhado pelo Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Curiosamente, logo neste primeiro tomo é publicado um artigo dedicado à presença portuguesa no Concílio de Trento, de autoria do padre Manuel Maria Wermers. Depois de interrompido em 1978, este projecto será retomado em 1989, agora sob a égide da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

¹¹ Cf. MATOS, Sérgio Campos – Historiografia. II. Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. C-I. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, p. 368.

¹² De DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960; e IDEM – Portugal e a cultura europeia (séculos XVI-XVIII). *Biblos*. 28 (1952) 203-498.

¹³ De Isaías da Rosa Pereira, realcem-se os trabalhos sobre as visitas, muitas delas publicadas na revista *Lusitania Sacra* (Volumes 1, 4, 7, 8-9 e 10).

Mais recentemente, novo passo foi dado para o conhecimento da história da Igreja em Portugal, mais uma vez fruto da iniciativa do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa que, secundando a publicação da *Lusitania Sacra*, concretizou, com louvável esforço e excelentes resultados, uma síntese de História Religiosa em três volumes que, associada aos quatro volumes de Dicionário, oferecem hoje uma noção global e actualizada das directrizes e preocupações da história religiosa portuguesa, embora também ponham a descoberto tudo aquilo que há por fazer.

Como trabalhos de reflexão conjunta e variada, foram estas as duas obras, a revista *Lusitania Sacra* e a *História Religiosa de Portugal*, que mereceram a nossa atenção para um primeiro balanço sobre a historiografia da reforma tridentina em Portugal. Assim, considerámos os artigos publicados na *Lusitania Sacra*, incluindo a primeira e a segunda séries, e a listagem bibliográfica apresentada no segundo volume da *História Religiosa de Portugal* (o que aborda o período cronológico da reforma tridentina)¹⁴. Nesta perspectiva, esta matematização da historiografia reformista, apesar de estar longe de ser exaustiva, permite-nos perceber quais os temas que mais têm interessado os historiadores da modernidade.

Apresentemos os indicadores estatísticos: ao longo da sua vida e até ao volume 17 (publicado em 2005), a revista *Lusitania Sacra* publicou 180 artigos. À heterogeneidade que caracterizou a primeira série, embora mais centrada na divulgação de estudos medievais, seguiu-se uma segunda série de tendência mais uniforme, com números dedicados às problemáticas religiosas contemporâneas (sete tomos¹⁵); à cristianização medieval (quatro tomos¹⁶); e à religião na modernidade (cinco tomos¹⁷).

No que respeita às temáticas tridentinas, a *Lusitania Sacra* das primeira e segunda séries, divulgou 38 trabalhos, o que corresponde a 21,9% do total. Entre estes 38 títulos, destacam-se os 11 trabalhos sobre Jesuítas, os 7 sobre Visitações¹⁸ e os 5 sobre Confrarias. Depois, com manifesta escassa representatividade, encontramos 5 sobre missão, 3 sobre o Concílio de Trento, 2 artigos de cariz biográfico, 2 sobre Manuais e Formação, 2 sobre Inquisição e 1 sobre espiritualidade.

¹⁴ *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, volume 2, 2000.

¹⁵ Volumes 1, 2, 3, 6, 8-9, 12, 16.

¹⁶ Volumes 4, 10, 13-14 e 17.

¹⁷ Volumes 3, 5 (Jesuítas), 7 (Confrarias), 11 e 15.

¹⁸ Que em muito devem aos trabalhos de Isaiás da Rosa Pereira e, portanto, são uma reflexão de fronteira entre antes de Trento e após Trento.

Por sua vez, no segundo volume da *História Religiosa de Portugal*, publicado em 2000, a bibliografia que incide sobre temas da reforma tridentina contabiliza 288 obras, entre monografias e artigos, todos incluídos na secção de “Estudos”. Considerando esta listagem, o que é que estudaram, pois, os investigadores sobre a reforma portuguesa?

Numa primeira apreciação, verificamos que os estudos têm incidido sobre as questões do culto, das práticas devocionais e da espiritualidade, em que se incluem as festas, as peregrinações e as procissões. Tais temáticas somam 65 títulos, o que corresponde a 22,5% do total ¹⁹. Nesta secção, investigadores como Carlos Alberto Ferreira de Almeida, José Adriano de Carvalho, Avelino de Jesus da Costa, Xavier Coutinho, Zulmira Santos, Maria de Lurdes Correia Fernandes, João Francisco Marques, António Camões Gouveia, Luís Krus, Pedro Pentead e Maria de Lurdes Rosa têm feito um excepcional trabalho de análise diversificado e que em muito tem vindo a enriquecer o panorama historiográfico.

Em segundo lugar, surge o interesse por questões mais polémicas, relacionadas com o universo das heresias e dos desvios: a dinâmica inquisitória e as perseguições aos judeus, cristãos-novos e heréticos são alvo dos interesses historiográficos: totalizam 59 obras, a que correspondem 20,4% do total ²⁰. A atenção a estas questões remonta ao século XIX: depois de Alexandre Herculano ²¹, destacam-se, na primeira metade do século XX, os trabalhos de António Baião e de João Lúcio de Azevedo. A defesa desta instituição como instrumento de salvaguarda da ortodoxia nacional está bem patente nas palavras de Miguel de Oliveira: «Apesar dos seus defeitos, a Inquisição serviu e defendeu a unidade nacional subsistente no Catolicismo. Portugal e Espanha devem-lhe, talvez em grande parte, o haverem escapado à invasão protestante e às guerras de religião que ensanguentaram o resto da Europa nos séculos XVI e XVII» ²². Mais recentemente, a Inquisição têm suscitado novas reflexões e resultados, de onde se destacam os trabalhos de José Pedro Paiva e os estudos de Francisco Bethencourt ²³. Estas reflexões têm permitido aprofundar o conhecimento sobre a Inquisição portuguesa,

¹⁹ Inclui estudos sobre devoções marianas e cristológicas, santuários, ex-votos...

²⁰ A Inquisição é estudada em 48 títulos (16,6%); os trabalhos sobre judeus e cristãos-novos somam 7 obras (2,4%) e as questões sobre a Magia recebem a atenção de 4 títulos (1,3%).

²¹ HERCULANO, Alexandre – *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Bertrand, reedição de 1975 (edição original de 1854-1859).

²² OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Nova ed. revista e actualizada. Lisboa: Europa-América, 1994, p. 136.

²³ Com inúmeros trabalhos e sobejamente conhecidos pelos investigadores que se interessam por tais temáticas, desde artigos a livros.

conferindo-lhe um carácter menos institucional e conflituoso e salientando a sua complexidade na expressão das sensibilidades religiosas, como bem afirma Federico Palomo ²⁴.

Logo a seguir, sobressaem as temáticas da sociabilidade religiosa, com particular ênfase para Confrarias e Misericórdias: 27 títulos (9,3% do total), onde se salientam os trabalhos de Laurinda Abreu, Isabel dos Guimarães Sá e Pedro Penteado.

Depois, são as Ordens Religiosas a motivar a atenção de historiadores como Maria de Lurdes Correia Fernandes, Isabel Drumond Braga e José Adriano de Carvalho, num total de 23 obras (7,9%); acompanhadas de perto pelos 22 trabalhos sobre as orgânicas diocesanas (7,6%). Nesta lista, incluem-se estudos que remontam às décadas de 1930-1950, como os de António Brásio e de José de Castro e, mais recentemente, as pesquisas de Franquelim Neiva Soares sobre a diocese de Braga e de José Pedro Paiva sobre a diocese de Coimbra.

Se a esta orgânica diocesana, adicionarmos as pesquisas sobre os seus agentes, nomeadamente o Clero (5 títulos, ou seja, 1,7% do total), onde se incluem as investigações de José Pedro Paiva, Federico Palomo e Fernando de Sousa; e as suas metodologias (18 estudos, ou seja, 6,2%), da responsabilidade de autores como Isaías da Rosa Pereira, Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, as dioceses portuguesas são abordadas em 45 obras, o que corresponde a 15,6% da bibliografia apresentada.

A investigação sobre a missionação parece ter merecido, nos últimos anos, um desinvestimento dos historiadores. Na verdade, se recuarmos até à década de 1960, a prática missionária e os seus interlocutores mereciam uma maior atenção, como verificamos pelas múltiplas indicações bibliográficas apresentadas por Carlos Moreira Azevedo, na Revista *Humanística e Teologia*. As missões eram entendidas como «obra civilizadora no meio gentílico» ²⁵, e os missionários eram heróis que lutavam contra a rudeza dos indígenas, expectativas perfeitamente integradas no espírito ditatorial que apadrinhava o exercício de um colonialismo que se pretendia evangelizador. Ora, na lista que estamos a apreciar, surgem apenas 18 obras (6,2% do total), onde se destacam os trabalhos de Luís Filipe Thomaz e de João Paulo Oliveira e Costa. Retenhamos este indicador, pois ele parece-nos muito interessante para podermos apreciar uma eventual conexão entre as tendências historiográficas e os panoramas políticos que as envolvem.

²⁴ PALOMO, Federico – *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 43.

²⁵ OLIVEIRA – *História Eclesiástica de Portugal*, p. 146.

Com menor relevância, indiquemos ainda a atenção concedida a figuras individuais da Igreja, como é o caso dos estudos sobre Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, que merece sucessivas análises como exemplo modelar do bispo tridentino (14 estudos, isto é, 4,8%); as pesquisas ligadas ao ensino, à Parenética e à formação, com 11 obras (3,8%) distribuídas por autores como António Alberto Banha de Andrade e João Francisco Marques; as reflexões sobre a temática da mortalidade, com 10 trabalhos (3,4%), onde se destacam os de Ana Cristina Araújo e de Maria Manuela Martins Rodrigues e, por último, as relações entre a Coroa e a Santa Sé, com 7 obras (2,4%), da responsabilidade de António Borges, António Brásio e Eduardo Brazão.

3. A historiografia portuguesa e a reforma tridentina: o que se fez

Esta apreciação estatística, redutora, mas indicadora, remete-nos para uma transformação temática da reflexão religiosa portuguesa: nos trinta anos que medeiam as décadas de 1970 e a actual centúria, a historiografia enveredou por caminhos até então desconhecidos e desertos. Às hagiografias, às minudências sobre as relações entre Estado e Igreja, às exaltações de personalidades, às políticas do Padroado, às dinâmicas da Missionaçã, às perseguições inquisitórias, segue-se uma outra rede temática, cuja balança pende para os assuntos da sociabilidade e da devoção religiosas. Não é por acaso que o segundo volume da *História Religiosa de Portugal* apresenta o subtítulo: «Humanismos e Reformas». Neste volume, as apreciações sobre o culto, a pastoral, a catequese, a evangelização, a devoção e os rituais somam 329 páginas. As reflexões que incidem sobre temáticas ligadas à heterodoxia, perseguições, rejeições e polémicas ocupam apenas 90 páginas do volume. Por último, as questões sobre os órgãos e os agentes da Igreja e as suas relações com os poderes externos ocupam 88 páginas. Apercebemos, pois, como estamos perante uma viragem historiográfica que merece destaque: as vivências religiosas, como objecto de interesse dos estudiosos, superiorizaram as questões institucionais, biográficas e marginais. Não podemos deixar de questionar se esta reflexão historiográfica, ela própria uma leitura da sociedade portuguesa contemporânea, não deixou de ser pessimista e elitista, povoada por uma oligarquia religiosa ilustre que lutava contra bruxas, mágicos, judeus, solicitadores, bigamos, gentios e outros heterodoxos, e tornou-se, lentamente, optimista e populista, dando lugar a devotos, crentes, fiéis, confrades, santos e ortodoxos. Na verdade, passámos de uma história de indivíduos para uma história de

anónimos; de uma história de instituições para uma história de gentes; em suma, de uma “História Eclesiástica” para uma “História Religiosa”.

A anexar a esta vertente, destaquem-se os estudos sobre os artefactos, os ornamentos, os edifícios, a música e outras artes religiosas que se destinavam a valorizar o fenómeno religioso, no sentido em que se tornavam numa linguagem eficaz e sem concorrentes. A recente exploração destas questões reforça a linha sensibilizante que caracteriza o novo percurso da investigação religiosa.

4. A historiografia portuguesa e a reforma tridentina: o que não se fez

No nosso entender, julgamos que é necessário redimensionar as duas filosofias até aqui contempladas. Esta reformulação deverá ter como fio condutor a conjugação destas linhas, uma mais institucional e individual e outra mais vivencial e social. Aliás, julgamos que os primeiros passos já estão a ser dados. Os dois exemplos seguintes ilustram as possibilidades deste novo desafio. Primeiro, as novas fronteiras da sociabilidade, que das confrarias e das misericórdias se espalharam para uma noção de assistência que ultrapassa estas instituições e alerta-nos para as actividades que as dioceses e outros organismos, como os Recolhimentos, executam nesta área, como bem ilustra o trabalho de Laurinda Abreu, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs XVI-XVIII)*²⁶. Segundo, a recentíssima visão apresentada por José Pedro Paiva sobre os bispos de Portugal e do Império, onde se nos oferecem imagens dos prelados da modernidade, com particular destaque para as relações entre os antístites e a coroa²⁷. Não sendo um tema inovador, pois sempre cativou os historiadores, este trabalho é um contributo valioso porque descobre a complementaridade entre dois centros de poder (Coroa e Igreja) – que não se confunde com a Inquisição – e redescobre relações pacíficas entre as duas esferas sobre as quais, muitas vezes, se tem valorizado apenas as oposições e os antagonismos.

Este alargamento da historiografia mais recente não esgota as potencialidades que a reforma tridentina nos coloca. Na verdade, o universo a explorar é inesgotável e as perspectivas de abordagem podem e devem ser

²⁶ ABREU, Laurinda – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs XVI-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004.

²⁷ PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

flexíveis, de forma a podermos apreender a realidade reformista o mais profundamente possível. Neste domínio, a lista é considerável e podemos sugerir algumas pistas de reflexão.

Primeiramente, considere-se o caso das dioceses: sobre a sua orgânica e agentes, há um mundo por desbravar, a que se deve adicionar a ausência de estudos sobre os Cabidos e a sua relevância activa ou passiva na divulgação da mensagem tridentina.

Muitas das biografias dos prelados tridentinos encontram-se operacionais, mas o mesmo não podemos dizer em relação aos respectivos suportes doutrinários e ao exercício das suas actividades. Neste contexto, consideramos que as cartas pastorais são uma excelente fonte de conhecimento, praticamente esquecidas pelos historiadores e, na verdade, instrumentos por excelência para a implementação dos preceitos conciliares, como podemos anotar no artigo de Manuel Augusto Rodrigues, sobre «As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra»²⁸.

Esta dimensão mais humanizada e individualizada das prelaturas tridentinas deverá também estender-se aos mediadores diocesanos, o clero secular. Neste domínio, a investigação tem valorizado as grandes figuras, enquanto que o baixo clero ou o clero paroquial tem sido menosprezado, quando ele é, na realidade, o principal veículo de implementação das reformas. E esta análise sobre o clero paroquial deve acompanhá-lo desde a sua inserção na malha religiosa, com estudos sobre as suas origens sociais²⁹, estratégias de sobrevivências económica (está tudo por fazer sobre os patrimónios eclesiásticos: quem dá, o que dá, em que condições dá) e os

²⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto – As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra. *Revista de História das Ideias. O Sagrado e o Profano*. 8: 1 (1986) 145-159. Na nossa tese de doutoramento prestámos alguma atenção a esta questão, que julgamos, com efeito, merecer maior destaque por parte dos investigadores (cf. COSTA, Susana Goulart – *Viver e morrer religiosamente: Ilha de S. Miguel: século XVIII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007).

²⁹ Sobre esta temática, apenas conhecemos o trabalho de FONSECA, Fernando Taveira da – Origem social do clero conimbricense no século XVI (1581-1585). In *ACTAS do Simpósio Internacional Comemorativo do IV Centenário da Morte de João de Ruão*. Coimbra, 1982, p. 27-56. Para a diocese dos Açores, refiram-se os estudos de GONÇALVES, Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda – *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI e XVII)*. Ponta Delgada: [s.n.], 1987. Dissertação de Provas de A.P.C.C., texto policopiado; de RODRIGUES, José Damião – *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. Vol. 1. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 461-538; e o nosso trabalho referido na nota 28.

respectivos processos de formação. Depois, há que acompanhar o percurso destes homens do altar e, neste campo, será muito interessante conhecer as movimentações para a obtenção de benefícios ou identificar as preferências geográficas para as colações. Uma diferente abordagem dos livros de baptismo também permitirá observar como a figura do pároco é ou não é apreciada pela comunidade local, em face da materialização dos elos espirituais que se consolidam com este sacramento.

Sobre as paróquias, os desafios são também inúmeros: desde a relação entre os diferentes poderes envolvidos até, num sentido paroquial mais restritivo, analisar a contabilidade das fábricas paroquiais, cujos volumes de receitas e de despesas traduzem a vitalidade das suas igrejas e a adesão e atracção que continuam ou não a obter dos fiéis.

A reformulação da historiografia reformista deverá, assim, equilibrar as duas abordagens até aqui utilizadas e, para tal, é necessário apostar numa nova recolha de informação e de documentação, a qual deverá obedecer a dois critérios.

Primeiro, a necessidade do historiador da Igreja e da religiosidade utilizar fontes alternativas à documentação oficial da Igreja. Para lá dos preciosíssimos indicadores que nos são transmitidos pelas Artes plástica (escultura, pintura, estatuária, arquitectura...) e musical (que nos parece imprescindível como fonte de informação), só este cruzamento permite descobrir outras facetas da vida religiosa. Para uma análise do clero, por exemplo, é crucial utilizar documentação notarial, onde os registos de escrituras de juro e de procurações, por exemplo, nos oferecem uma outra dimensão da relevância do padre, das igrejas e das irmandades no seio da paróquia. A documentação camarária também nos parece ser uma riquíssima depositária de dados sobre as instituições e as personagens religiosas, ainda não devidamente explorada.

Segundo, para um mais completo e seguro conhecimento do alcance das reformas tridentinas urge dinamizar a história religiosa local. Os designados estudos de caso permitirão a formação do puzzle da religiosidade tridentina portuguesa. Sem esta regionalização da história religiosa, não é possível estabelecer comparações, encontrar semelhanças e diferenças. A uniformidade dos preceitos religiosos emanados da Santa Sé é enriquecida por intermédio destas especificidades, cujas diferentes sensibilidades, interpretações e aplicações foram fulcrais para a sobrevivência dos ideais tridentinos no decurso da modernidade europeia.